

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E
RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA
SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA

31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

^{DS}
MMDS

^{DS}
WMDS

^{DS}
SMDS

^{DS}
Grill

^{DS}
SFALSC

^{DS}
RF

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Quadro 1 — Balanços patrimoniais

Quadro 2 — Demonstrações de superávits (déficits)

Quadro 3 — Demonstrações dos superávits (déficits) abrangentes

Quadro 4 — Demonstrações das mutações do patrimônio social

Quadro 5 — Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

^{DS}
MMDS

^{DS}
UMDS

^{DS}
SMDS

^{DS}
Grill

^{DS}
SFALSC

^{DS}
RF



Verdus Auditores Independentes
 Rua Amália de Noronha, 151 – cj. 502
 Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05410-010
 Tel: + 55 11 3027-1800
 www.vacc.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos conselheiros e administradores da
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA
 São Paulo – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA** (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações dos superávits (déficits), dos superávits (déficits) abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações financeiras relativas ao exercício anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, cujo relatório datado em 12 de maio de 2020 continha ressalva referente ao reconhecimento de retificações de exercícios anteriores em desacordo com os requisitos do normativo técnico do CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve essa situação, uma vez que, não foram reconhecidas retificações de exercícios anteriores nas demonstrações financeiras da Associação.

DS

DS

DS

DS

DS

DS



Verdus Auditores Independentes
 Rua Amália de Noronha, 151 – cj. 502
 Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05410-010
 Tel: + 55 11 3027-1800
 www.vacc.com.br

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

^{DS}
MMDS

^{DS}
WMDS

^{DS}
SMDS

^{DS}
Grill

^{DS}
SFALSC

^{DS}
RF

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo e apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2021.



Ricardo José Patine Filho
Sócio Diretor
CRC 1SP252050/O-9
Verdus Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2

^{DS}
MMDS

^{DS}
UMDS

^{DS}
SMDS

^{DS}
Grill

^{DS}
SFA/CSL

^{DS}
RF

QUADRO 1

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores em reais)

ATIVO	Nota	2020	2019	PASSIVO	Nota	2020	2019
<u>Ativo circulante</u>				<u>Passivo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.511.935	11.381.963	Empréstimos e financiamentos	8	6.323.229	3.724.961
Contas a receber de pacientes e convênios	5	15.991.390	15.687.508	Fornecedores	9	7.467.950	6.010.211
Estoques	6	2.120.213	1.443.011	Obrigações trabalhistas e sociais	10	6.625.964	6.422.723
Adiantamentos		791.657	929.156	Obrigações tributárias		109.042	101.831
Outras contas a receber		<u>870.448</u>	<u>679.978</u>	Partes relacionadas	11	174.871	175.265
Total do ativo circulante		48.285.643	30.121.616	Outras contas a pagar		<u>343.023</u>	<u>225.831</u>
<u>Ativo não circulante</u>				<u>Passivo não circulante</u>			
Depósitos judiciais	12	381.478	403.332	Empréstimos e financiamentos	8	10.770.508	8.802.717
Imobilizado	7	150.465.834	141.335.997	Partes relacionadas	11	1.565.126	1.722.842
Intangível		<u>111.191</u>	<u>85.482</u>	Provisão para contingências	12	3.716.069	3.327.870
Total do ativo não circulante		150.958.503	141.824.811	Outras contas a pagar		-	<u>12.272</u>
<u>Total do Ativo</u>				<u>Total do passivo não circulante</u>			
		<u>199.244.146</u>	<u>171.946.427</u>			16.051.703	13.865.701
				PATRIMÔNIO SOCIAL			
				13			
				Patrimônio social			
				Ajuste de avaliação patrimonial			
				58.851.376			
				103.296.988			
				37.089.723			
				104.330.181			
				Total do patrimônio social			
				162.148.364			
				141.419.904			
				<u>Total do Passivo e Patrimônio Social</u>			
				199.244.146			
				171.946.427			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
MMDS

DS
WMDS

DS
SMDS

DS
Grill

DS
SPALSC

DS
RF

QUADRO 2

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA
 DEMONSTRAÇÕES DOS SUPERÁVITS (DÉFICITS)
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores em reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	14	128.329.130	87.658.047
Gratuidades praticadas	23	21.018.713	17.372.471
Trabalho voluntário	24	147.938	190.920
		<u>149.495.781</u>	<u>105.221.438</u>
<i>Custos e despesas operacionais</i>			
Despesa com pessoal e encargos	15	(50.557.719)	(44.779.521)
Medicamentos, materiais e serviços médicos	16	(42.549.413)	(35.560.010)
Despesas administrativas e gerais	17	(9.620.509)	(7.866.512)
Depreciações e amortizações		(4.094.063)	(3.283.746)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	18	(215.581)	2.632.377
Gratuidades praticadas	23	(21.018.713)	(17.372.471)
Trabalho voluntário	24	(147.938)	(190.920)
		<u>(128.203.936)</u>	<u>(106.420.803)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>21.291.845</u>	<u>(1.199.365)</u>
<i>Receitas (despesas) financeiras líquidas</i>	19		
Receitas financeiras		792.208	1.199.278
Despesas financeiras		(1.355.593)	(367.463)
Superávit do exercício		<u>20.728.460</u>	<u>(367.550)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
MMDS

DS
UMDS

DS
SMDS

DS
Grill

DS
SPALSC

DS
RF

QUADRO 3

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA
 DEMONSTRAÇÕES DOS SUPERÁVITS (DÉFICITS) ABRANGENTES
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores em reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Superávit (déficit) do exercício	20.728.460	(367.550)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>(8.527.793)</u>
Resultado abrangente total	<u>20.728.460</u>	<u>(8.895.343)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

^{DS}
MMDS

^{DS}
WMDS

^{DS}
SMDS

^{DS}
Grill

^{DS}
SFALSC

^{DS}
RF

QUADRO 4

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores em reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	36.301.650	114.013.597	-	150.315.247
Ajuste de exercícios anteriores - baixa de glosas	(8.546.156)	-	-	(8.546.156)
Ajuste de exercícios anteriores - outros	18.363	-	-	18.363
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	9.683.416	(9.683.416)	-	-
Déficit do exercício	-	-	(367.550)	(367.550)
Absorção do déficit ao patrimônio social	(367.550)	-	367.550	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	37.089.723	104.330.181	-	141.419.904
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	1.033.193	(1.033.193)	-	-
Superávit do exercício	-	-	20.728.460	20.728.460
Absorção do déficit ao patrimônio social	20.728.460	-	(20.728.460)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	58.851.376	103.296.988	-	162.148.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
MMDS

DS
WMDS

DS
SMDS

DS
Grill

DS
SPALSC

DS
RF

DS
MMDSDS
UMDSDS
SMDSDS
GrillDS
SPALSCDS
RF

QUADRO 5

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores em reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	20.728.460	(367.550)
<i>Ajustes para:</i>		
Ajuste de exercícios anteriores	-	(8.527.793)
Provisão para contingências	388.199	(2.887.525)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(474.069)	(10.256.961)
Depreciação e amortização	<u>4.094.063</u>	<u>3.283.746</u>
	24.736.653	(18.756.083)
<i>(Aumento) / diminuição dos ativos</i>		
Contas a receber de pacientes e convênios	170.187	18.294.290
Estoques	(677.202)	(303.362)
Adiantamentos	137.499	(256.063)
Outras contas a receber	(190.470)	(40.707)
Depósitos judiciais	21.854	(22.930)
<i>Aumento / (diminuição) dos passivos</i>		
Fornecedores	1.457.739	290.590
Obrigações trabalhistas e sociais	203.241	758.103
Obrigações tributárias	7.211	(21.234)
Outras contas a pagar	<u>104.920</u>	<u>(1.417.110)</u>
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	<u>25.971.632</u>	<u>(1.474.506)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições e baixas líquidas de imobilizado e intangível	<u>(13.249.609)</u>	<u>(9.887.234)</u>
Caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(13.249.609)</u>	<u>(9.887.234)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação (pagamentos) empréstimos com terceiros	4.566.059	7.976.866
Captação (pagamentos) de operações com partes relacionadas	<u>(158.110)</u>	<u>(140.232)</u>
Caixa utilizado nas atividades de financiamento	<u>4.407.949</u>	<u>7.836.634</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>17.129.972</u>	<u>(3.525.106)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.381.963	14.907.069
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>28.511.935</u>	<u>11.381.963</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>17.129.972</u>	<u>(3.525.106)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
MMDSDS
UMDSDS
SMDSDS
GrillDS
SPALSCDS
RF

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – ABENSENA (“Associação”) é uma Instituição Filantrópica de direito privado e intuitos não lucrativos. Iniciou suas atividades em 02 de janeiro de 1932, com sede na Av. Nazaré, 1.361, bairro do Ipiranga, na cidade de São Paulo, SP, sendo a sua forma de constituição por prazo indeterminado. A sua finalidade é a prestação de serviços médico-hospitalares, abrangendo as mais diversas especialidades. Atua na área da saúde sob as denominações de Hospital Dom Alvarenga, Clínica Infantil do Ipiranga e Hospital Dom Antônio de Alvarenga.

A Associação possui Certificados de Utilidade Pública, outorgados pelos Decretos:

- (a) Federal nº 48.889 de 26 de agosto de 1960;
- (b) Estadual nº 37.311 de 04 de outubro de 1960 e
- (c) Municipal nº 4.603 de 17 de fevereiro de 1960.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.409/12 que aprovou a Instrução Técnica Geral - ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem Finalidades de Lucros e em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria Executiva em 08 de abril de 2021.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Associação em 15 de abril de 2021.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

DS
MMDS

DS
WMDS

DS
SMDS

DS
Guill

DS
SPALSC

DS
RF

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Associação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 7 - Depreciação do ativo imobilizado; e
- Nota explicativa 12 - Provisão para contingências.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Associação requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Associação.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Associação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

^{DS}
MMDS

^{DS}
WMDS

^{DS}
SMDS

^{DS}
Grill

^{DS}
SFALSC

^{DS}
RF

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os recursos financeiros que não possuem a característica de caixa e equivalentes de caixa são apresentados na rubrica de títulos e valores mobiliários.

b) Contas a receber de pacientes e convênios

As contas a receber de pacientes e convênios são registradas pelo valor faturado. Valores a faturar referem-se a serviços já prestados junto a operadoras de serviços, amparados por relação contratual, que aguardam cronograma de emissão de fatura e envio.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

c) Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Associação realiza controle rotineiro da validade dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque.

d) Ativo Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

DS
MMDS

DS
MMDS

DS
SMDS

DS
Grill

DS
SFA/CSL

DS
RF

Custos subsequentes

Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Associação e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As taxas de depreciação utilizadas pela Associação estão divulgadas na nota explicativa nº7.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos da Entidade em relação ao ano anterior.

e) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente.

A Administração da Associação efetuou os testes para os saldos dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e nenhum indicativo de impairment foi encontrado.

f) Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

DS MMS DS WMS DS SMS DS Grill DS SPALSC DS RF

g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

h) Provisões (Contingências) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Associação é parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação da probabilidade de perda inclui evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita com a finalidade de liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Associação não pratica transações significativas de compras e vendas de longo prazo. Dessa forma foi julgado pela Administração não ser necessário aplicar ajuste a valor presentes nas transações comerciais.

j) Apuração do resultado

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação de serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Associação registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários nas demonstrações financeiras, vide nota explicativa nº 24.



k) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As Contas a receber de pacientes e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(i) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”) e ao Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Associação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento

A Associação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Associação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

DS MADS DS WADS DS SMDS DS Grill DS SPALSC DS RF

A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Associação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

l) Novos normativos contábeis

(i) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia não adotou referidos normativos

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Associação:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3)
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Reforma da taxa de juros referenciais (alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7);
- Concessões relacionadas à COVID-19 (alterações à IFRS 16).

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- IFRS 17 Contratos de seguros
- Alterações ao IFRS 17 Contratos de seguros (alterações ao IFRS 17 e IFRS 4)
- Referências à Estrutura Conceitual
- Produtos antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16)
- Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao IAS 37)
- Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41)
- Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao IAS 1)



(ii) Normas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2020

Adoção inicial do IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda.

A interpretação requer que a Associação:

- Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo;
- Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.
- Em caso positivo, a Associação deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

Em 31 de dezembro de 2020, não houve impactos nas demonstrações financeiras da Associação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	6.093	3.527
Bancos conta movimento	348.533	538.180
Aplicações financeiras de curto prazo	<u>28.157.309</u>	<u>10.840.256</u>
	<u><u>28.511.935</u></u>	<u><u>11.381.963</u></u>

As aplicações financeiras e os títulos e valores mobiliários referem-se a Certificados de Depósitos, Bancários (CDBs) e Fundos de Investimentos. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros em média de 100% a 110% do CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE PACIENTES E CONVÊNIOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Convênios e seguradoras	16.462.608	16.695.788
Pacientes particulares	1.071.627	917.751
Cartão de crédito	614.003	675.190
Cheques a descontar	<u>13.716</u>	<u>43.412</u>
	18.161.954	18.332.141
Provisão para perda de crédito esperada	<u>(2.170.564)</u>	<u>(2.644.633)</u>
	<u><u>15.991.390</u></u>	<u><u>15.687.508</u></u>

DS
MADS

DS
MADS

DS
SMDS

DS
Grill

DS
SFALSC

DS
RF

As contas a receber por vencimento apresentam-se da seguinte maneira em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
A vencer	13.559.320	13.377.576
Vencidos até 30 dias	307.343	279.079
Vencidos entre 31 e 180 dias	1.261.181	2.073.097
Vencidos entre 181 e 360 dias	<u>3.034.110</u>	<u>2.602.389</u>
	<u><u>18.161.954</u></u>	<u><u>18.332.141</u></u>

A provisão para perda esperada constituída para cobrir eventuais perdas de contas a receber, apresentou a seguinte movimentação em 31 de dezembro de 2020:

	<u>2020</u>
Saldo em 31/12/2019	(2.644.633)
(+) Novas constituições	(992.129)
(-) Reversão de provisão	<u>1.466.198</u>
Saldo em 31/12/2020	<u><u>(2.170.564)</u></u>

6. ESTOQUES

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Materiais e medicamentos	1.803.199	1.108.247
Uniformes	46.859	75.563
Impressos e materiais de escritório	93.095	75.478
Gêneros alimentícios	27.646	61.899
Materiais de limpeza	47.707	46.129
Materiais de manutenção	33.168	31.720
Materiais descartáveis	50.831	27.346
Equipamentos de proteção	11.556	11.351
Materiais de informática	<u>6.152</u>	<u>5.278</u>
	<u><u>2.120.213</u></u>	<u><u>1.443.011</u></u>

^{DS}
MMDS

^{DS}
WMDS

^{DS}
SMDS

^{DS}
Grill

^{DS}
SPALSC

^{DS}
RF

7. IMOBILIZADO

	Taxa	2019	Adições	Baixas e Reclassificações	Transferências	Depreciação	2020 Líquido
Terrenos	-	84.488.746	-	-	-	-	84.488.746
Imóveis e edificações	4%	39.970.851	1.311.092	-	2.960.011	(1.907.683)	42.334.271
Imobilizado em andamento	0%	5.914.160	7.719.207	(9.797)	(3.003.368)	-	10.620.202
Móveis e utensílios	10%	3.733.609	777.904	(308.130)	-	(585.690)	3.617.693
Instrumentos e aparelhos de medicina	10%	2.936.890	1.942.354	(76.690)	-	(659.931)	4.142.623
Máquinas e equipamentos	10%	1.998.907	1.589.877	(25.821)	-	(352.194)	3.210.769
Instalações	10%	1.647.598	26.772	(9.098)	-	(222.926)	1.442.346
Equipamentos de informática	20%	586.636	185.494	(8.299)	-	(222.764)	541.067
Equipamentos de segurança	10%	-	-	-	43.357	(1.445)	41.912
Veículos	20%	58.600	-	-	-	(32.396)	26.204
		<u>141.335.997</u>	<u>13.552.700</u>	<u>(437.835)</u>	<u>-</u>	<u>(3.985.029)</u>	<u>150.465.834</u>

Terrenos e imóveis

Os saldos registrados contabilmente encontram-se devidamente suportados por laudo de avaliação emitido por empresa independente. Nos exercícios de 2020 e 2019 não foram identificados indícios de impairment no valor de mercado desses bens.

Imobilizado em andamento

A Associação está realizando desde o exercício de 2019 diversas obras de infraestrutura para melhoria de suas edificações e instalações. Nos últimos dois exercícios ocorreram gastos significativos nas contas de obras em andamento.

Inventário físico de ativos

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Associação conduziu um inventário físico dos bens de seu ativo imobilizado, e nesse processo identificou a necessidade de baixa montante R\$437.835 referente a bens não identificados fisicamente, ou bens que não possuíam mais condições de uso.

DS
MMDS

DS
WMDS

DS
SMDS

DS
Grill

DS
SFALSC

DS
RF

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxa	Vencimento	2020	2019
<i>Capital de giro (a)</i>				
Banco Itaú - contrato - 12429335-8	11,56% a.a.	31/03/2023	2.194.828	3.154.461
Banco Itaú - contrato - 50049582-5	10,87% a.a.	31/03/2023	7.194.054	9.324.254
Banco Safra - contrato - 5708114	11,61% a.a.	24/04/2022	6.439.022	-
Banco Santander - contrato - 270099320	9,90% a.a.	29/03/2021	1.264.917	-
<i>Finame (b)</i>				
BNDES	13,86% a.a.	31/07/2020	-	48.534
<i>Outros</i>				
Contas correntes devedoras	-	-	917	429
			<u>17.093.738</u>	<u>12.527.678</u>
			6.323.229	3.724.961
			<u>10.770.508</u>	<u>8.802.717</u>
			<u>17.093.737</u>	<u>12.527.678</u>

(a) Sem cláusulas restritivas e com garantia fiduciária de recebíveis

(b) Sem cláusulas restritivas e com garantia do próprio bem financiado

O saldo dos empréstimos e financiamentos classificados como passivo não circulante tem o seguinte prazo de vencimento:

	2020	2019
2021	-	2.866.822
2022	7.856.723	4.354.613
2023	2.037.959	1.581.282
2024	875.826	-
	-	-
	<u>10.770.508</u>	<u>8.802.717</u>

DS
MMDS

DS
UMDS

DS
SMDS

DS
Grill

DS
SPALSC

DS
RF

9. FORNECEDORES

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Materiais e Medicamentos	3.757.004	2.886.928
Serviços Médicos	2.834.429	2.456.422
Serviços Diversos	876.517	562.483
Outros	-	104.378
	<u>7.467.950</u>	<u>6.010.211</u>

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão de férias e encargos	3.573.458	3.289.298
Salários a pagar	1.901.369	1.928.958
Irrf sobre folha	437.962	485.341
FGTS a recolher	325.383	325.961
Inss a recolher	266.606	270.842
Acordos trabalhistas	72.719	99.088
Contribuições assistenciais a recolher	8.316	10.692
Outras	40.151	12.544
	<u>6.625.964</u>	<u>6.422.723</u>

A associação possuía 779 colaboradores em 31 de dezembro de 2020 (794 em 2019).

11. PARTES RELACIONADAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Mútuos com partes relacionadas	<u>1.739.997</u>	<u>1.898.107</u>
	<u>1.739.997</u>	<u>1.898.107</u>
Circulante	174.871	175.265
Não circulante	<u>1.565.126</u>	<u>1.722.842</u>
	<u>1.739.997</u>	<u>1.898.107</u>

Refere-se a contrato de mútuo celebrado em 2006 entre a Associação e a Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, com juros mensais de 0,25% e vencimento em 2030.

^{DS}
MMDS

^{DS}
MMDS

^{DS}
SMDS

^{DS}
Grill

^{DS}
SPALSC

^{DS}
RF

Remuneração da administração

A Associação não remunera de forma direta ou indireta seus membros do conselho fiscal, de deliberativo, de administração e diretoria de senhoras.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Associação, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas.

A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis, nos montantes indicados a seguir:

	2020			2019		
	Saldo de Contingência	Depósito Judicial	Saldo Líquido	Saldo de Contingência	Depósito Judicial	Saldo Líquido
Ações tributárias	1.247.258	-	1.247.258	1.936.768	-	1.936.768
Ações cíveis	-	-	-	12.272	-	12.272
Ações trabalhistas	2.468.811	(381.478)	2.087.333	1.378.830	(403.332)	975.498
	<u>3.716.069</u>	<u>(381.478)</u>	<u>3.334.591</u>	<u>3.327.870</u>	<u>(403.332)</u>	<u>2.924.538</u>

Ações tributárias

A provisão constituída em 31 de dezembro de 2020 se refere, a discussões relacionadas a cobrança da Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (TRSS) da Prefeitura de São Paulo.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Associação mantinha uma provisão acumulada no valor de R\$ 825.474,77 referente à eventual tributação do ICMS sobre energia elétrica (ENEL). No exercício de 2020, amparada pelo posicionamento de seus assessores jurídicos, e por não existir um processo em curso para esta questão, a Associação realizou a reversão desta provisão, tendo como contrapartida a rubrica "Reversão de provisão – tributária".

Ações trabalhistas

Referem-se a ações de naturezas diversas movidas principalmente por ex-colaboradores ou funcionários de prestadores de serviços da Associação, onde a mesma figura como corresponsável na ação.

Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, os processos tributários, cíveis e trabalhistas em que a Associação está envolvida, surgidos no curso normal dos seus negócios, que são classificados como risco de perda possível (para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil) totalizam o montante de R\$ 12.714.949 (R\$10.317.112 em 2019).

DS
MMDS

DS
WMDS

DS
SMDS

DS
Grill

DS
SPALSC

DS
RF

13. PATRIMÔNIO SOCIAL

a) Patrimônio social

Conforme estatuto social, a Associação deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, portanto não distribui nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

O “Ajuste de avaliação patrimonial” foi constituído em decorrência da reavaliação parcial de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada no exercício de 2010. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra o superávit acumulado.

Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Associação possuir imunidade tributária.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019
<i>Receita bruta</i>		
Pacientes convênios	84.747.131	72.422.404
Pacientes particulares	6.896.950	7.783.300
Receita com aluguéis	7.874.718	7.397.250
Receita com estacionamento	336.921	629.057
Receitas extraordinárias (i)	28.854.480	-
Receitas com doações	462.074	376.106
Outras receitas	448.745	205.153
	<u>129.621.019</u>	<u>88.813.270</u>
<i>Deduções</i>		
Glosas efetivas	(805.368)	(950.899)
Descontos e cancelamentos	(486.521)	(204.324)
	<u>(1.291.889)</u>	<u>(1.155.223)</u>
	<u>128.329.130</u>	<u>87.658.047</u>
Receita operacional líquida		

DS
MADS

DS
UMDS

DS
SMDS

DS
Grill

DS
SFALSC

DS
RF

(i) Em 3 de agosto de 2020, por meio do “Instrumento particular de promessa de cessão e transferência do direito de construir correspondente ao potencial construtivo de bem imóvel tombado” a Associação alienou a um terceiro pelo montante de o valor de R\$ 27.533.993,89 o direito de potencial construtivo de uma área total de 38.273,07m², conforme declaração SMDU/DEUSO n°0119A/15, expedida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU em 8 de junho de 2016. O valor envolvido foi integralmente recebido pela Associação ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

15. DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários e ordenados	(38.550.106)	(35.544.407)
Benefícios a funcionários	(7.066.707)	(5.800.604)
Encargos sociais	(4.172.257)	(3.107.641)
Verbas indenizatórias	<u>(768.649)</u>	<u>(326.869)</u>
	<u><u>(50.557.719)</u></u>	<u><u>(44.779.521)</u></u>

O Aumento na rubrica de despesa com pessoal refere-se principalmente a reajustes de salários e benefícios.

16. MEDICAMENTOS, MATERIAIS E SERVIÇOS MÉDICOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Serviços médicos	(21.716.285)	(19.346.005)
Materiais e descartáveis	(14.456.778)	(10.916.503)
Medicamentos	<u>(6.376.350)</u>	<u>(5.297.502)</u>
	<u><u>(42.549.413)</u></u>	<u><u>(35.560.010)</u></u>

DS
MMDS

DS
MMDS

DS
SMDS

DS
Grill

DS
SFALSC

DS
RF

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Manutenções	(2.824.656)	(2.294.401)
Indenizações e processos	(1.770.933)	(251.041)
Utilidades - água, energia elétrica e outros	(1.429.571)	(1.248.508)
Outras despesas	(1.143.802)	(1.082.161)
Serviços de limpeza, lavanderia, segurança	(785.238)	(757.846)
Locações	(665.763)	(623.801)
Consultoria e assessoria	(707.720)	(623.118)
Despesas e serviços de marketing	(45.950)	(661.898)
Eventos, cursos e simpósios	(72.624)	(138.618)
Tributárias	<u>(174.252)</u>	<u>(185.120)</u>
	<u><u>(9.620.509)</u></u>	<u><u>(7.866.512)</u></u>

O aumento ocorrido na rubrica “Indenizações e processos” se refere ações trabalhistas, cuja avaliação de nossos assessores jurídicos aponta para uma perda provável.

18. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Reversão de provisão - tributária (i)	825.475	3.107.766
Reversão (constituição) de outras provisões	(578.252)	(323.866)
Outras (despesas) receitas operacionais	<u>(462.804)</u>	<u>(151.522)</u>
	<u><u>(215.581)</u></u>	<u><u>2.632.377</u></u>

(i) O Aumento da rubrica de reversão, refere-se ao estorno de provisão de ICMS da Enel, conforme nota explicativa nº 12

DS
MMDS

DS
MMDS

DS
SMDS

DS
Grill

DS
SFALSC

DS
RF

19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<i>Receitas financeiras</i>		
Receita de aplicações financeiras	482.641	875.812
Descontos obtidos	272.501	282.970
Atualizações monetária ativa	<u>37.066</u>	<u>40.496</u>
	792.208	1.199.278
<i>Despesas financeiras</i>		
Juros de empréstimos e financiamentos	(1.256.947)	(268.282)
Outras despesas financeiras	(60.001)	(56.099)
Tarifas e taxas bancárias	<u>(38.645)</u>	<u>(43.082)</u>
	<u>(1.355.593)</u>	<u>(367.463)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(563.385)</u></u>	<u><u>831.815</u></u>

Conforme demonstrado na nota explicativa nº8, durante 2020 a Associação capitou novos contratos de capital de giro, ocasionando um aumento significativo em suas despesas financeiras.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS*Gerenciamento de riscos financeiros*

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco de moeda

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Associação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Associação caso um cliente ou contraparte ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios, particulares e em títulos de investimento.

DS
MMDS

DS
WMDS

DS
SMDS

DS
Grill

DS
SPALSC

DS
RF

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - A política de gestão de risco corporativo determina que a Associação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Associação. A Associação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais, consideradas de baixo risco. No que tange às instituições financeiras, a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa.
- Contas a receber de clientes - Para mitigar esses riscos, a Associação adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, gerenciamento no processo de revisão prévia de glosas junto aos convênios médicos e constituição de provisão para perdas esperadas, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Com relação aos valores a receber de convênios e particulares, a Associação constitui provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais inadimplências.

A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Exposição a riscos de crédito

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	28.511.935	11.381.963
Contas a receber de pacientes e convênios	15.991.390	15.687.508
Outras contas a receber	870.448	679.978
	<u>45.373.773</u>	<u>27.749.449</u>

Risco de liquidez

É o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são apresentadas a seguir:



	Fluxos de caixa contratuais			
	Valor contábil	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 2 anos
Empréstimos e financiamentos	17.093.737	6.323.229	7.856.723	2.913.785
Fornecedores	7.467.950	7.467.950	-	-
Partes relacionadas	1.739.997	174.871	157.748	1.407.378
Outras contas a pagar	343.023	343.023	-	-
Total	26.644.707	14.309.072	8.014.472	4.321.163

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Associação e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar o retorno.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo se refere aos “gastos com pessoal” fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundo renda fixa. Nas taxas de câmbio, o risco também é mitigado, uma vez que a Associação possui reduzida parcela de aquisição de materiais em moeda estrangeira e não possui contas a receber ou aplicações em moeda estrangeira.

Risco de moeda

Em 2020 e 2019 a Associação não mantém operações de empréstimos em moedas estrangeiras. A Associação não mantém operações de fornecedores em moedas estrangeiras.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Associação não possui nenhum contrato em aberto de *hedge* cambial.

Gestão de capital

A política da Administração da Associação é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Associação procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

DS
MMDS

DS
UMDS

DS
SMDS

DS
Grill

DS
SPALSC

DS
RF

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações.

21. RENÚNCIA FISCAL*Renúncia fiscal*

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

22. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS

Em atendimento ao Decreto nº 7237 de 20 de julho de 2012 e a Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, demonstramos a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fossem gozadas durante os exercícios:

	2020	2019
Ordenados e Salários	38.550.106,00	35.544.407
(*) Percentual de Contribuição (a)	27,80%	27,80%
Subtotal (a)	<u>10.716.929,47</u>	<u>9.881.345</u>
Serviços Prestados por Pessoa Física (autônomos inclusive médicos)	517,95	-
Percentual de Contribuição Devida (b)	20,00%	20,00%
Subtotal (b)	<u>103,59</u>	<u>-</u>
Total devido ao caso a entidade não gozasse de isenção (a) + (b) =	<u><u>10.717.033,06</u></u>	<u><u>9.881.345</u></u>

(*) INSS 20%, Sesc 1,5%, Senac 1%, Sebrae 0,60%, Inbra 0,20%, Salário Educação 2,5%, e Seguros Contra Riscos e Acidentes 2%.

DS
MMDS

DS
UMDS

DS
SMDS

DS
Grill

DS
SFALSC

DS
RF

23. GRATUIDADES

	2020	2019
Contas a receber de pacientes e convênios - Saldo inicial	15.687.508	23.724.837
(+) Receita de serviços médicos	90.352.571	79.050.481
(-) Contas a receber de pacientes e convênios - Saldo final	(15.991.390)	(15.687.508)
(-) Perdas com glosas de exercícios anteriores	-	(8.546.156)
(-) Provisão para perdas constituídas no exercício	-	(2.644.633)
(=) Receita efetivamente recebida	<u>90.048.689</u>	<u>75.897.021</u>
Gratuidade necessária 20%	18.009.738	15.179.404
Diferença excedente aplicada	<u>3.008.975</u>	<u>2.193.067</u>
Gratuidade praticada no exercício	<u><u>21.018.713</u></u>	<u><u>17.372.471</u></u>
% de Gratuidade efetiva aplicada em saúde	23%	23%

A Associação apresenta a seguir a abertura dos atendimentos gratuitos realizados no exercício de 2020, através do Termo de Parceria Nº 003/2015-SMS.G, assinado em 29 de maio de 2015, atendendo ao art. 5º, inciso I da Lei nº 12.101, de 27/11/2009 e art. 8º, § 2º Lei 12.453, de 21/07/2011.

	2020				
	Diárias e taxas	Honorários Médicos	Materiais Medicamentos	Exames	Total
Paciente dia	3.963.559	416.380	876.810	987.887	6.244.635
Cirurgias	3.314.358	3.204.935	3.214.082	-	9.733.375
Atendimentos ambulatoriais	<u>2.121.677</u>	<u>1.058.950</u>	<u>18.686</u>	<u>1.841.390</u>	<u>5.040.703</u>
	<u><u>9.399.594</u></u>	<u><u>4.680.265</u></u>	<u><u>4.109.578</u></u>	<u><u>2.829.277</u></u>	<u><u>21.018.713</u></u>

A Associação atendendo a lei nº 8.742/93 art.18 incisos IV, foi registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, pelo processo nº 54.424/63 deferida em sessão realizada no dia 08 de outubro de 1963, renovado em 20 de julho de 1999 pelo processo n.º 44006.005322/97-67.

Em 2018 foi solicitada renovação do CEBAS, pelo processo nº 25000.176668/2018-95, o qual foi encaminhado ao Ministério da Saúde, como determina o art. 21 da lei 12.101/2009, sendo renovado pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

DS
MMDS

DS
MMDS

DS
SMDS

DS
Grill

DS
SFA/SC

DS
RF

24. TRABALHO VOLUNTÁRIO

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na ITG2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Associação recebeu trabalhos voluntários de associados, membros integrantes do conselho fiscal e diretoria executiva, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	2020			2019		
	Quantidade de horas	Valor/Hora	Total	Quantidade de horas	Valor/Hora	Total
Associados	78	125	9.750	62	120	7.440
Conselho fiscal	24	125	3.000	11	120	1.320
Diretória estatutária	1082	125	135.188	1518	120	182.160
	1184	375	147938	1591	360	190920

25. COBERTURA DE SEGUROS (não auditado)

A Associação adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração, para assegurar a reposição dos bens e a continuidade de suas operações, em caso de sinistros. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de encerramento destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes relevantes para serem registrados nas demonstrações financeiras, conforme os requisitos do pronunciamento técnico CPC 24 - Eventos Subsequentes.

DS
MMDS

DS
MMDS

DS
SMDS

DS
Grill

DS
SFALSC

DS
RF

CONTABILIDADE

DocuSigned by:

Marcos Mendes da Silva

45468B946B7F549C
Marcos Mendes da Silva

Contador CRC 1SP 317.423/O-4

DocuSigned by:

Wertileam Martins dos Santos

009527EEB9C4C
GERENTE DE CONTROLADORIA

Wertileam Martins dos Santos

DIRETORIA EXECUTIVA

DocuSigned by:

Eduardo Halfen Grill

FDDG4DA442G545C
Eduardo Halfen Grill

Superintendente

DocuSigned by:

Suetênio Monteiro dos Santos

Suetênio Monteiro dos Santos

Diretor Financeiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

DocuSigned by:

Roberto Franchini

AFFA32AC5BA84E1
Roberto Franchini

Diretor Geral

DocuSigned by:

Salvador F. A. C. Santoro Conti

758140CA970B429
Salvador F. A. C. Santoro Conti

1º Diretor Tesoureiro

(***)